

O CACIQUISMO NA ARGENTINA DOS SÉCULOS XIX E XX: INDÍGENAS, CRIoulos E ESTADO

Caciquism in 19th and 20th centuries Argentina: indigenous, criollos and the state

RODRIGUES, Maria Helena Botelho Veloso¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo levar a cabo a análise do fenómeno do caciquismo na Argentina pós-colonial, particularmente, aquele que ocorreu ao longo do séculos XIX. Busca-se uma visão sinótica que enquadre a ambiguidade e desfecho das negociações, aliança e conflitos que ocorreram entre as chefias das estruturas autóctones da Argentina, as lideranças criollas e o Estado argentino. O escopo desta investigação foca-se na análise das correlações sociológicas que resultaram da interação das variáveis constitutivas de um triângulo pós-colonial: caciquismo, criollos e Estado.

Abstract

This article aims to analyze the phenomenon of caciquism in post-colonial Argentina, particularly that which occurred throughout the 19th century. The goal is to provide a synoptic overview that frames the ambiguity and outcome of the negotiations, alliances, and conflicts that occurred between the leaders of Argentina's indigenous structures, the Creole leaders, and the Argentine state. The scope of this research focuses on analyzing the sociological correlations that resulted from the interaction of the constitutive variables of a post-colonial triangle: caciquism, Creoles, and the state.

Palavras-chave: *Caciquismo; Crioulos; Estado Argentino; Século XIX.*

Key-words: *Caciquism; Criollos; Argentine State; 19th Century.*

Data de submissão: March 2024 | **Data de publicação:** June 2024.

¹ MARIA HELENA BOTELHO VELOSO RODRIGUES. Universidade de Coimbra, PORTUGAL.

Email: mariahelena.bvr@gmail.com

INTRODUÇÃO

A presente investigação intitulada: “O caciquismo na Argentina nos séculos XIX e XX” tem por objetivo analisar o complexo fenómeno social do caciquismo e perceber os contornos que plasmaram o desenvolvimento do processo pós-colonial. Quando usamos o conceito “cacique”, temos de o situar no seu contexto, pois o seu significado vai-se alterando sempre que manipulamos as variáveis tempo e espaço. De acordo com o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, este conceito (kasike) parece derivar de um idioma falado nas Antilhas - taino -, o qual terá sido adotado pelos colonizadores portugueses e espanhóis, para referirem os chefes indígenas das comunidades autóctones: numa primeira fase, este conceito serviu para caracterizar a influência que estes chefes tribais exerciam sobre as comunidades locais, durante o período colonial, os quais controlavam recursos, decisões políticas e, frequentemente, até mesmo questões económicas e sociais nas suas áreas de influência (Alvarez Kern, 1985, p. 27). No contexto colonial que cruza os séculos XVI a XVIII, importa referir que o caciquismo deve ser compreendido não apenas como uma forma de liderança tradicional ou um resquício de organizações pré-coloniais, mas como uma instituição dinâmica, profundamente adaptada às exigências do sistema colonial e às estratégias de sobrevivência indígena. A figura do cacique condensava múltiplas funções: gestor territorial, redistribuidor económico, mediador político e, em momentos críticos, comandante militar. Essa versatilidade foi essencial para a manutenção da autonomia relativa das comunidades indígenas diante dos abusos coloniais e da assimilação forçada a que os indígenas eram sujeitos (CASTRO GONZÁLEZ, 2015, p. 42).

A articulação entre o sistema indígena de caciquismo e a ordem colonial espanhola produziu no período colonial uma configuração híbrida de poder e autoridade. Por um lado, os colonizadores reconheceram os caciques como autoridades legítimas dentro das suas comunidades, utilizando-os como instrumentos de controle e mediação. Por outro lado, os próprios caciques se aproveitaram dessa posição para consolidar seu poder e proteger, quando possível, os interesses de seus grupos (GALHEGOS FILIPPE, 2017, p. 35).

No dia 9 de junho de 1916, a Argentina declarou a sua independência. Um ano antes, precisamente, o Congresso dos Povos Livres tinha declarado a rotura com a potência colonizadora. Este marco *per se* não constituiu qualquer milagre: a escravidão continuou e muitos dos delegados signatários eram proprietários de escravos. Neste

contexto revolucionário, levantamos a seguinte questão: Qual foi o papel dos caciques enquanto instituição herdeira do colonialismo e representantes dos povos indígenas? Como encarou o caciquismo os desafios da Independência da Argentina? O que mudou depois do ano de 1852?

Para responder a estas questões, começamos por elaborar um triângulo constituído pelos três seguintes ângulos: caciquismo, *criollos* e Estado, existindo uma dupla implicação entre eles: a *conceptual* – segundo ela, a natureza e compreensão de um dos ângulos pressupõe a existência e natureza dos outros – e a *funcional* – de acordo com a qual a independência, historicamente, na Argentina pós-colonial, apoiar-se-á no funcionamento e no papel representado por cada uma dessas realidades.

Figura 1: Triângulo pós-colonial



Fonte: Elaboração própria

Importa, também, referir que, no contexto da América Latina, essas práticas do caciquismo se mantiveram após a independência das colónias: as únicas alterações que se registaram, referem-se a uma adaptação às novas realidades políticas, tendo-se mantido a lógica de dominação local e a dependência dos líderes locais. Com o passar do tempo, o conceito ganhou uma nova aceção e o “caciquismo” serviu também para referir um fenómeno político e social preponderante, não só na América Latina, mas também na Espanha, em Portugal e no sul da Europa, caracterizado pelo domínio local exercido por líderes políticos poderosos, conhecidos como caciques. Em Portugal, na segunda metade do século XIX, os caciques eram aqueles que controlavam o poder político e o faziam alternar entre os dois partidos mais influentes: Partido Regenerador e Partido Progressista. Este sistema ficaria, para a História, conhecido como rotativismo (PROENÇA, 2015, p. 567-570); em Espanha, a política caciquista serviu para identificar e caracterizar a época da Restauração (1875-1923): tratava-se de um sistema que previa a alternância política, de forma pacífica, entre os partidos conservador e liberal, sob as

diretivas da coroa, assentando numa prática completamente viciada e consentida, aceite pelos dois partidos: quem obtivesse a chefia, o poder era-lhe concedido, não de forma legítima, mas de forma fraudulenta, engenhosamente orquestrada pelos caciques (Moreno Luzón, 2006, p. 9).

1. A Argentina independente

Vimos na presente introdução que o caciquismo se constituiu numa instituição poderosa, cujo poder dos caciques assentava na liderança das comunidades indígenas e no controlo dos territórios, redes de influência e recursos e todo o tipo de mediação entre crioulos e colonizadores. Com a independência da Argentina (1816), as circunstâncias mudaram e o caciquismo soube adaptar-se a essas mudanças e apresentou variações, não só em relação ao período colonial, mas também ao longo dos séculos XIX e XX: as novas realidades socio-políticas fizeram alterar o conceito, que ao longo do século XIX, se foi ampliando para abranger também os “caudilhos” e líderes rurais que controlavam vastas regiões da Argentina, sobretudo no interior e no sul do país.

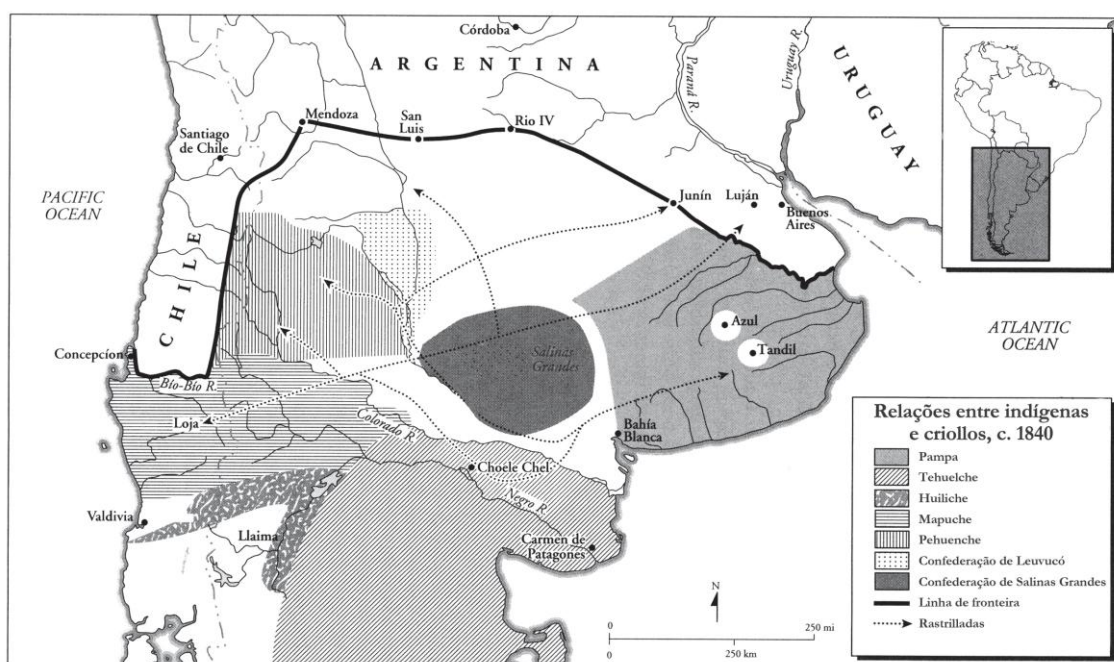
Se o Brasil conheceu, após o grito de Ipiranga, um período de calma e uma tradição de consenso político, favorecido pelo sincretismo cultural (religioso), a realidade na vizinha Argentina foi bem diferente: “foi, na totalidade do tempo, um país onde o antagonismo foi o *leitmotiv*”. [...] Enquanto o Brasil era comandado por um imperador, as várias partes da Argentina eram controladas por caudilhos que lutavam entre si (Di Tella 2010, p. 71).

Gabriel Passetti refere que nos princípios do Século XIX, “a região ao sul do arco fronteiriço que ia de Buenos Aires a Mendoza, passando por Córdoba e San Luís, permanecia sob controle direto de diferentes grupos indígenas. Durante as décadas seguintes, aumentaram as populações nativa e *criolla*, suas interações e seus conflitos” (Passetti, 2018, p. 60).

Estas populações indígenas viviam fundamentalmente da agricultura, caça e artesanato e estabeleceram rotas – *rastrilladas* – através das quais mantinham o comércio com as cidades *criollas*: porém, “os principais pontos de intersecção entre essas vias, por onde transitavam pessoas, produtos e ideias, eram alvo de disputas entre famílias indígenas, bem como alvo de constantes ataques de militares espanhóis e depois argentinos” (Passetti, 2018, p. 60).

A população indígena do sul da Argentina tinha uma relação bastante estreita com os *criollos*: esta, apesar de só esporadicamente se dedicar à agricultura e pecuária, no que dizia respeito ao comércio, era uma séria concorrente dos *criollos*, na disputa dos mercados de gado: “bovinos, equinos e ovinos criados nos pampas eram muitas vezes vendidos para o Chile, a Bolívia e o Peru e essa era uma das atividades econômicas mais ativas e rentáveis do período” (Passetti, 2018, p. 60).

Figura 2: Principais cacicados indígenas nas áreas referidas



Fonte: (Passetti, 2018, p. 60).

Importa ainda referir que “além de criar os próprios animais, eles [caciques] disputaram com os *criollos* o gado selvagem - chamado *cimarrón* - mas também não deixavam de invadir as áreas pecuaristas para realizar o roubo de gado. A invasão de terras *criollas*, pelos indígenas, denominou-se *malón* e os seus integrantes, *maloneros*”. (Passetti, 2018, p. 60-61). Essa atividade era extremamente importante, porque fornecia alimento para as populações indígenas, mas também porque provia outros produtos essenciais «para comercializar e garantir a força e a importância dos caciques e dos demais guerreiros do grupo. Entre os *criollos*, a imagem das invasões às *estancias*, vilas e cidades se difundiu e se tornou simbólica das relações pampeanas e do chamado “deserto”» (Passetti 2018, p. 61).

2. Indígenas e Crioulos no Complexo Arauco-Pampeano-Patagónico na 2.^a metade do séc. XIX

O ano de 1861 é, dos pontos de vista político e sociológico, um marco nevrálgico porque assinala uma importante mudança no que concerne ao paradigma anteriormente estabelecido, pois o triunfo das milícias de Buenos Aires sobre a Confederação conduziu o país, no ano seguinte, à sua unificação. Passetti é contundente ao referir que a importância desse acontecimento, “vinculado à história política institucional e às disputas entre os grupos *criollos*, fica ainda maior quando se considera que os indígenas eram partícipes ativos - porém não formais — da política, e que os novos donos do poder eram seus ferrenhos adversários (Passetti 2018, p. 58).

Esta nova realidade socio-política foi o viveiro de onde emergiram, prosperaram e se gladiaram as lideranças locais, tanto indígenas quanto *criollas*, na disputa pelo poder e influência. Por isso, foi criada uma “zona de contacto” para “povoarem” as terras esquecidas pela colonização, sobretudo no sul da Argentina: “além dos indígenas que ocupavam o nordeste argentino, na região do Chaco, diversos grupos de índios ocupavam o Pampa e a Patagônia, ao sul das regiões ocupadas pelas populações *criollas*, ou os descendentes de espanhóis que povoaram o território americano” (Carvalho Seixlack & Gutierrez Pompeu, 2017, p. 1).

Nesse contexto, o sul da Argentina constituía, do ponto de vista sociológico, um espaço híbrido, herdado dos séculos passados, em que a coexistência de indígenas e *criollos* se aprofundou no século XIX: «tratava-se de um “espaço de fronteira” pelo grande trânsito de índios e *criollos* que conviviam de formas mais completas que a oposição gerada pelo conflito. Era um espaço composto de fortes *criollos*, povoados e fazendas, marcando de formas fluídas os “limites” da ocupação do país, com as áreas de domínio indígena» (NACUZZI, 2010, 11).

A partir da unificação do país, as relações entre indígenas e crioulos no sul da Argentina foram marcadas por constantes “aproximações e distanciamentos, acomodações e enfrentamentos, resistências e combates” (Bechis, 2017, p. 1). Sempre que os indígenas viam os seus interesses serem prejudicados, reagiram e “impunham limites”. Estes “limites” foram percecionados quer pelos *criollos*, quer pelo estado como “fronteiras dentro de fronteiras” e será essa percepção que irá “legitimar” não só a ideologia de ocupação, como a organização de ofensivas militares:

A relação diplomática e nem sempre conflituosa estabelecida entre indígenas e *criollos* nas áreas de fronteira se viu progressivamente inviabilizada pelo delineamento de “ideologias da ocupação”, que buscaram fundamentar e legitimar a organização de ofensivas militares voltadas para a incorporação dos Pampas e da Patagônia à jurisdição dos Estados nacionais em gestação (Seixlack & Gutierrez Pompeu, 2017, p. 5).

De acordo com Bárbara (2007), é possível estabelecer uma correlação entre duas variáveis: o aumento da violência nos Pampas é diretamente proporcional à diminuição do gado selvagem, até à sua extinção. Com o aumento da população *criolla*, o gado selvagem passou ser criado em fazendas para evitar que os índios o capturassem como sempre haviam feito. Os *criollos* implementaram, assim, uma rede de comércio que abastecia as comunidades indígenas, que não prescindiam do gado:

uma rede de comércio indígena que se iniciava no Pampa, abastecia parcialidades indígenas igualmente dependentes desses animais, e que habitavam o outro lado da cordilheira dos Andes, na região da Araucania. Assim, o comércio de animais realizado pelos indígenas era responsável por conectar o Pampa, a Patagônia e a Araucania (Carvalho Seixlack & Gutierrez Pompeu, 2017, p. 3-4).

Este clima de diálogo e entendimento entre indígenas e *criollos* nas áreas de fronteira foi sendo gradualmente fragilizado e conseqüentemente comprometido, não só pela escassez de gado, mas também pelo delineamento de “ideologias da ocupação”, que buscaram legitimar jurídica e moralmente as futuras intervenções militares ofensivas, com o estrito propósito de submeter os Pampas e a Patagônia à jurisdição do Estado nacional em gestação *tolderias* (Carvalho Seixlack & Gutierrez Pompeu, 2017, p. 5).

Importa referir que grande parte destes contratos eram redigidos pelos *criollos* cativos ou refugiados e pelos índios alfabetizados, os quais não só escreviam, como explicavam e liam os conteúdos dos tratados para as respectivas comunidades:

Diante do interesse em conhecer o grau de concordância entre aquilo enunciado nos documentos (o escrito) e o que estes efetivamente buscaram comunicar (a intenção do remetente), realizavam-se repetidas leituras dos documentos em voz alta na presença de indivíduos alfabetizados, muitas vezes infiltrados nas *tolderias* (Carvalho Seixlack & Gutierrez Pompeu, 2017, p. 5).

3. A formação do Estado Nacional e a “Ideologia da ocupação”

A formação de um Estado nacional ancorado na ideia de um projeto civilizador foi, desde a primeira hora, o grande desafio que se colocou aos indígenas. Um estado que tinha como grande projeto a criação de uma sociedade inspirada nos modelos europeus,

representava para as comunidades autóctones uma séria ameaça à sua existência, pelo menos enquanto entidade autónoma e dotada de uma identidade própria (Bechis, 2010, p. 171). A Argentina tinha despedido o fato de colônia, precisamente em 1816, mas ainda não tinha vestido o fato de país civilizado. Por isso, os governos que sucederam a Rosas, acharam que não havia mais desculpas para adiar essa decisão e que tinha chegado a hora de empreender o enorme projeto estatal, nacional e civilizador.

A geração de oitenta, um grupo de cidadão que nesse ano se notabilizou, na qual se incluem alguns cidadãos estrangeiros, teve um papel importante na consciencialização dos políticos. Di Tella caracteriza pormenorizadamente essa geração, referindo o nome e o papel de cada membro: refere também o envolvimento e contributo dos cidadãos estrangeiros para a formação das novas lideranças políticas da Argentina (Di Tella (2010, p. 83-94).

O novo grupo detentor do poder tinha como especial foco aqueles caciques outrora associados formalmente à Confederação Argentina:

A intensa correspondência trocada entre as *tolderias* e os militares de Urquiza foi uma marca das relações políticas entre indígenas e *criollos* no período (...). Calfucurá, apesar de oficialmente aliado a Urquiza, ainda mantinha determinados contatos com os portenhos, recebendo gado e presentes em troca de uma suposta neutralidade (Passetti, 2009, p. 126).

A construção do Estado nacional argentino foi profundamente influenciada pelo caciquismo. Durante a chamada “Geração de 80”, a elite política buscou consolidar o poder central, enfrentando a resistência de caudilhos e caciques locais. O sistema roquista, baseado na alternância entre revolução e acordo, foi marcado por negociações e conflitos com líderes regionais (Di Tella, 2010, p. 83).

Uma das principais medidas que suportava o processo de consolidação do Estado da Argentina dizia respeito à definição das fronteiras e à ocupação efetiva de todo o território, a qual “estava intrínseco ao projeto de construção de um estatuto de nacionalidade e identidade, além da afirmação de pertencimento desse território frente a outras nações, que dentro de um parâmetro eurocêntrico, consideravam as áreas dominadas por sociedades não ocidentais como “terras de ninguém” (Carvalho Seixlack & Gutierrez Pompeu, 2017, p. 12).

Foi nesse contexto que as comunidades indígenas começaram a ser combatidas, quer com medidas legislativas, onde se incluíam as diminuições de tratados, quer com medidas mais musculadas, onde se incluíam as intervenções militares, sempre com o

propósito de desocupar para ocupar os “desertos”. «Nesse contexto, havia influências de ideias científicas que justificavam as ações militares para confirmar a Argentina como uma nação branca, incentivando a imigração e o combate aos “desertos” civilizacionais». O encontro de culturas, no mundo da fronteira tornava-se uma impossibilidade: a “civilização” devia triunfar sobre a “barbárie”. É sintomática a carta que Calfulcurá envia ao ministro da Guerra, questionando a legitimidade das razões e pretensões dos *criollos*, demonstrando que tais pretensões deixa os indígenas sem terra, apesar destes serem os verdadeiros donos da terra.

Esclentísimo señor tocante a la Poblacion de Cargue que nos dicen que es por sus órdenes en esto pido se resuelvan nosotros que somos dueño de esta America no es justo que nos dejen sin Campo pero espero que Usia se olvide de Cargue si es que an dado orden i si no lo an dado es mejor asi no me estiando mas... (Carta de Calfulcurá para Martín de Gainza, 1873, Apud: Ojeda, 2008, 526).

Fica claro que o processo que preside ao encontro de culturas é, neste caso, a aculturação impositiva: “apesar da manifestação de oposição de Calfulcurá, as decisões criollas a partir da segunda metade do século XIX, colocaram a aculturação indígena como única forma de sobrevivência” (Quijada, 2011, p. 126).

A circunscrição do território é subsidiária da delimitação das fronteiras internacionais e da abolição das famigeradas “fronteiras internas”: estas funcionavam como resquícios do colonialismo encastrados no território sob a jurisdição estatal, que na terminologia *criolla* eram apresentadas como “desertos” ou regiões “à margem da civilização”. Esta terminologia denuncia o propósito de legitimação dos movimentos expansionistas e o intento assimilacionista dos projetos de formação do Estado, civilizando os autóctones, ou eliminando-os, se necessário.

Se a liderança dos caciques sobre as comunidades indígenas dos Pampas e da Patagônia estava alicerçada no sentimento que vinculava estas comunidades à pertença a uma etnia e ao lugar de origem, a liderança *criolla* tinha introduzido, desde os tempos coloniais, uma nova relação com o território, operando alterações em variados aspetos da sua mundividência. Porém, o processo de territorialização jamais poderá ser apreendido exclusivamente como a intervenção estatal subsidiária de alguns indivíduos e grupos confinados a determinadas áreas geográficas (Carvalho Seixlack & Gutierrez Pompeu, 2017, p. 13).

A situação que surgiu obrigou a sociedade a mudar e levou os indígenas a redefinirem quem são, criando novas formas de tomar decisões e de se representarem, que antes não existiam, para se adaptarem aos novos tempos e às novas condições. A rejeição da ideia de que o contacto entre indígenas e *criollos* apenas aconteceu pela via do choque e do confronto entre duas culturas fechadas e a resultante valorização das numerosas interações entre os agentes envolvidos permitem, sobretudo, reescrever a história e sustentar uma nova narrativa em que os primeiros - os indígenas - surgem como decisores das suas próprias escolhas e senhores do seu destino (Carvalho Seixlack & Gutierrez Pompeu, 2017, p. 13).

CONCLUSÃO

Antes de qualquer conclusão, temos de começar por referir as limitações da investigação: a primeira refere-se ao âmbito do estudo, ou seja, o título “O caciquismo nos séculos XIX e XX” é demasiado abrangente - apenas se tratou o século XIX; a segunda limitação dá conta de aspetos que ficaram por abordar, a saber: “Ascensão e queda do caciquismo”, “O caciquismo e a imigração” e “A influência do caciquismo na cultura contemporânea da Argentina”.

Na introdução desta investigação levantámos três questões, que agora recuperamos, a saber: Qual foi o papel dos caciques enquanto instituição herdeira do colonialismo e representante dos povos indígenas? Como encarou o caciquismo os desafios da independência da Argentina? O que mudou depois do ano de 1852?

Recapitulando, e socorrendo-nos do triângulo pós-colonial que apresentámos na introdução, parece-nos que podemos elencar as seguintes conclusões.

- O caciquismo foi um fenómeno social complexo e de geometria variável: envolveu uma teia de relações entre lideranças indígenas, *criollos* e representantes do Estado, numa complexa rede de alianças, conflitos e negociações;
- O caciquismo indígena, visto como sinal de resistência e aspiração por autonomia, foi gradualmente suprimido pelo fortalecimento do Estado nacional, especialmente após a segunda metade do século XIX;
- A condenação do caciquismo esteve presente entre intelectuais e reformistas, sobretudo na chamada “geração de oitenta”, que o consideraram um dos principais entraves à modernização política e social da Argentina;
- A construção do Estado Nacional esteve intimamente ligada à “ideologia da ocupação” e à “abolição das fronteiras internas”, que orientou a consolidação do poder central sobre os territórios e comunidades indígenas.

Na hora em que damos este trabalho por terminado, fazemo-lo com a consciência que deve ser aprofundado, particularmente no que concerne às limitações apresentadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bechis, A. Martha (2010). *Piezas de Etnohistoria y de antropología histórica*. Buenos Aires: Sociedad de antropología Argentina.

Bechis, A. Martha. (2017). “Apogeu e colapso dos grandes cacicados no sul da Argentina”. *Topoi*, 18(34), 1-27. <https://doi.org/10.1590/2237-101X01803401>

Bueno Grejo, C. (2010). *Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros: intelectuais e a construção da nacionalidade argentina*. SciELO

Livros. <https://books.scielo.org/id/s59t6/pdf/grejo-9788598605982.pdf>

Camassa, J. B. O. (2015). “La Australia argentina (1898), a utopia patagônica de Roberto Payró”. *Leviathan: Cadernos de Pesquisa Política*, 11(1), 149-162. <https://www.revistas.usp.br/leviathan/article/download/149055/153102/348332>

Carvalho Seixlack, A. & Gutierrez Pompeu, A. (2017). “Da ‘zona de contato’ ao ‘limite antagônico’: disputas entre criollos e indígenas na fronteira austral argentina do século XIX. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*. Brasília/UNB. 1502812538_ARQUIVO_TextoEncontroAnpuh2.pdf

Di Tella, G. (2010). *História social da Argentina contemporânea: do século XX*. Fundação Alexandre de Gusmão. https://funag.gov.br/loja/download/1192-HISTORIA-SOCIAL-DA-ARGENTINA_08_05_v.10.pdf

Diccionario del agro iberoamericano. (s/d). “Clientelismo” / “Caciquismo”. Teseo Press. <https://www.teseopress.com/diccionarioagro/chapter/clientelismo-caciquismo-espana-y-latinoamerica-siglos/>

García, J. L. (2023). “Caciquismo y represión ante el modelo laicista de las escuelas populares en la emigración gallega a Argentina”. *Estudos Regionais*, 8(2), 1-15. <https://www.scielo.br/j/er/a/7NjdK5vHJMKPcZk6cLNWq9p/>

Ojeda Pavez, J. (2008). *Cartas mapuche (siglo XIX)*. Santiago: CoLibris/Ocho Libros editores,

Passetti, Gabriel (2009). “Confederações indígenas em luta por participação política, comercial e territorial: Argentina, 1852-1859”. *História (São Paulo)*, v. 28, p. 107-142.

Chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://www.scielo.br/j/his/a/KXYRSFrwjgRsrjrp5x5W4Xh/?format=pdf

Passetti, Gabriel. (2018). “Apogeu e colapso dos grandes cacicados no sul da Argentina: estratégias de resistência e iminência de combate (1861-1872)”. *Topoi*. Revista de História. vol 19, n. 37, p. 57-79. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X01903703> | www.revistatopoi.org